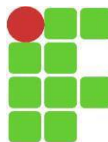


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

Joildy Gomes Brito
Cláudia de Lima Barreto

PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR ASSENTADO PELA REFORMA AGRÁRIA
NO ENTORNO DE PALMAS TOCANTINS

Palmas – TO
2017



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

**Joildy Gomes Brito
Cláudia de Lima Barreto**

**PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR ASSENTADO PELA REFORMA AGRÁRIA
NO ENTORNO DE PALMAS TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora designada pela coordenação do curso de Recurso Naturais, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, como requisito para obtenção de título de Tecnólogo em agronegócio.

Orientador: Prof: Dr. Frank Toshimi Tamba

Brito, G, J.; Barreto, L, C.

PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR ASSENTADO PELA REFORMA AGRÁRIA
NO ENTORNO DE PALMAS TOCANTINS/ Joildy Gomes Brito e Claudia de Lima
Barreto – Palmas – TO. 2017. f. 43

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior Tecnológico em Agronegócio)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus*
Palmas, 2017.

Orientador: Prof: Dr. Frank Toshimi Tamba

1. Assentamentos 2. Agricultura familiar 3. Reforma Agrária.
Perfil do agricultor familiar assentado pela reforma agrária no entorno de
Palmas Tocantins

Joildy Gomes Brito
Cláudia de Lima Barreto

**PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR ASSENTADO PELA REFORMA AGRÁRIA
NO ENTORNO DE PALMAS TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora designada pela coordenação do curso de Recurso Naturais, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, como requisito para obtenção de título de Tecnólogo em agronegócio.

20 de Fevereiro de 2017.

Prof^a Dr. Cheila Cristina Naves Barbieiro
Supervisora do Trabalho de Conclusão de Curso

BANCA AVALIADORA

Prof: Dr. Frank Toshimi Tamba
Orientador. IFTO- *Campus* Palmas

Prof^a Dr^a. Aurinês Queiros Borges
IFTO- *Campus* Palmas

Prof^o Dr. José Eustáquio Canguçu Leal
IFTO- *Campus* Palmas

Dedicamos este trabalho a toda nossa família, e todos que contribuíram para a sua realização.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus por sempre ter nos dado forças para lutar pelos os nossos ideais e por nunca ter nos deixado nos momentos de dificuldade.

Aos amigos e companheiros de curso por ter proporcionado muitos momentos de felicidade e aprendizado uns com os outros que levaremos para toda a vida.

Aos nossos pais, pelo incentivo, a confiança e por tudo o que fizeram sem medir esforços para que esse momento tão importante em nossas vidas acontecesse.

A todos os professores que fazem parte da coordenação de recursos naturais do IFTO, em especial ao professor Frank Tamba e professora Vanessa David por sua paciência e compreensão, que foi fundamental na concretização desse trabalho.

Sucesso significa realizar seus próprios sonhos, cantar sua própria canção, dançar sua própria dança, criar do seu coração e apreciar a jornada, confiando que não importa o que aconteça tudo ficará bem. Criar sua própria aventura!

Elana Lindquist

RESUMO

Uma grande parcela dos agricultores familiares do estado do Tocantins, estão localizados em Assentamentos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) criados a partir da reforma agrária sendo a mesma um conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. O presente trabalho teve como objetivo conhecer o perfil dos assentados pela reforma agrária no âmbito do Entorno de Palmas TO e observar de que maneira a integração ao mercado os deixam dependentes de recursos tecnológicos, financeiros e do mercado. Para atingirmos tais objetivos, realizamos uma pesquisa exploratória através da revisão bibliográfica em livros e periódicos para melhor entendimento da situação atual dos assentados pela reforma agrária. Em seguida, realizamos uma pesquisa quantitativa, onde recorremos para a coleta de dados no campo, a aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas com intuito de coletar dados primários diretamente na fonte. Tal questionário foi aplicado durante a realização do “I Seminário de Tecnologias para a Produção da Agricultura Familiar” realizado pelo SEBRAE-TO, no dia 12 de dezembro de 2016, em parceria com o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio do IFTO-Campus Palmas. O presente trabalho chegou a conclusão que a grande maioria dos agricultores familiares assentados pela reforma agrária no entorno de Palmas aproximam-se do modelo camponês e são pouco dependentes da economia de mercado.

Palavras – chaves: reforma agrária, assentamentos, agricultura familiar.

ABSTRACT

A large part of the family farmers of the state of Tocantins are located in INCRA (National Institute of Colonization and Agrarian Reform) Settlements created from the agrarian reform, being a set of measures to promote the best distribution of the land through modifications in the regime of Possession and use in order to comply with the principles of social justice, sustainable rural development and increased production. The objective of this study was to know the profile of the settlers of the agrarian reform in the context of the Palmas Townscape and to observe how integration to the market leaves them dependent on technological, financial and market resources. To reach these objectives, we conducted an exploratory research through the bibliographic review in books and periodicals to better understand the current situation of the settlers by the agrarian reform. Then, we performed a quantitative research, where we used data collection in the field, the application of questionnaires with open and closed questions in order to collect primary data directly at the source. This questionnaire was applied during the "I Seminar on Technologies for the Production of Family Agriculture" held by SEBRAE-TO, on December 12, 2016, in partnership with the Higher Course of Technology in Agribusiness of IFTO-Campus Palmas. The present work came to the conclusion that the great majority of the family farmers settled by the agrarian reform in the surroundings of Palmas approach the model peasant and are little dependent of the market economy.

Key - words: Agrarian reform, settlements, family agriculture.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	2
1.1 PROBLEMA.....	3
1.2 JUSTIFICATIVA.....	3
1.3 OBJETIVOS.....	5
1.3.1 Objetivo Geral.....	5
1.3.2 Objetivos Específicos.....	5
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	6
2.1 Contextos Históricos.....	6
2.2 Agricultura Familiar e integração ao mercado.....	11
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	18
4.1 Caracterizações das famílias assentadas.....	18
4.2 Tamanho Dos lotes e suas plantações.....	20
4.3 Dependências do mercado e políticas públicas.....	24
5 CONCLUSÃO.....	26
6 REFERÊNCIAS.....	28
7 APÊNDICE.....	30

1. INTRODUÇÃO

O agricultor familiar vem ganhando destaque a cada dia, sua importância para a sociedade já é conhecida, o mesmo é responsável por levar o alimento à mesa do brasileiro. Muitos estão localizados em assentamentos do INCRA recebendo fomentos através de políticas públicas pra incentivar suas produções. O trabalho fez um levantamento detalhado do perfil dos produtores assentados dando foco as produções e comercializações feitas.

De acordo com o relatório da Food and Agriculture Organization (FAO, 2015) The State of Food Insecurity in the World (SOFI) mais de 90% das 570 milhões de fazendas em todo o mundo são geridas por um individuo ou uma família, baseando-se predominantemente no trabalho da família, essas fazendas produzem mais de 80% dos alimentos do mundo, em termos de valores. E no Brasil esse percentual é de 70% (FAO, 2014), sendo o principal responsável pela produção de alimentos de todo o país. Dentre os principais alimentos produzidos pelo pequeno produtor temos: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carnes de aves (50%) e milho (46%) (Portal Brasil, 2015).

Parte dos agricultores familiares do estado do Tocantins, estão localizados em Assentamentos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) criados a partir da reforma agrária sendo a mesma um conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

No Tocantins a reforma agrária assentou mais de 23 mil pessoas, o estado conta hoje com 368 projetos de assentamentos onde milhares de pessoas são beneficiadas (INCRA, 2011). Através dos assentamentos famílias tem acesso a moradia, água, energia e a vários outros programas do governo federal como é o caso do acesso as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para estruturar os lotes e investir na produção de alimentos em suas parcelas.

O trabalho aqui apresentado tem o objetivo de analisar o perfil dos agricultores familiares assentados pela reforma agrária no entorno de Palmas TO e se os mesmos estão integrados ao mercado que hoje é um dos mais competitivos em termos de novas tecnologias de produção e genética. Para tanto foi realizado

uma pesquisa de campo com intuito de caracterizar o perfil do produtor da agricultura familiar e o seu nível de integração em relação as dependências tecnológicas, financeiras e de mercado.

1.1 Problema

Os agricultores familiares assentados pela reforma agrária no entorno de Palmas Tocantins são dependentes do mercado?

1.2 Justificativa

Os assentamentos de reforma agrária tornaram-se realidade após um longo processo de luta iniciados nos anos 50 com a criação dos movimentos sociais no campo que ficaram conhecidos como Ligas Camponesas. Tal movimento, sufocado durante o período da ditadura militar reascendeu após a redemocratização brasileira a partir de 1985, que resultou na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST em 1987.

Se destacando em meio às demais, a reivindicação pela reforma agrária, exigia a extinção do latifúndio existente desde a época de colonização do Brasil e a melhoria das condições de vida no campo. Hoje o INCRA, busca através da reforma agrária a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial.

Atualmente a agricultura capitalista moderna é caracterizada pelo uso intensivo de tecnologias, insumos agrícolas e a necessidade de comercializar a produção agropecuária para cobrir os custos de produção e gerar lucros para reinvestir e continuar na atividade. Em outras palavras, para se manterem na atividade, o agricultor cada vez mais depende de recorrer ao mercado para comprar insumos, comercializar a produção, acesso ao crédito rural e utilização de recursos tecnológicos, visando o aumento de produção tanto em volume como produtividade.

A questão é que embora os números de assentamentos impressionem pela magnitude, dados fornecidos pelo próprio INCRA mostram que a maioria das famílias assentadas não recebe a infraestrutura necessária para se instalar e produzir no campo.

Tendo visto estes problemas a presente pesquisa busca conhecer a realidade dos assentados pela reforma agrária no âmbito do entorno de Palmas, por meio da análise do perfil dos produtores rurais assentados pela reforma agrária e observar se os mesmo estão inseridos no mercado de modo que comercializem e tenham retorno com suas produções. Buscamos verificar ainda se os produtores são totalmente dependentes do mercado ou se desenvolvem sem maiores complicações.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

- Analisar o perfil dos agricultores familiares assentados pela reforma agrária e suas dependências de mercado.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Tipificar o agricultor familiar assentado pela reforma agrária;
- Identificar as atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares assentados pela reforma agrária;
- Realizar estimativa do nível de renda dos agricultores familiares;
- Estudar as principais dependências ao mercado dos agricultores assentados pela reforma agrária.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Contextos Históricos

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (INCRA, 2014).

No Brasil a reforma agrária através dos assentamentos teve e tem o intuito de reparar séculos de uma distribuição fundiária injusta, onde a posse da maioria das terras se concentra na mão de grandes latifundiários que praticam a agricultura patronal. Através dos assentamentos os pequenos produtores rurais que antes não tinham onde morar tem acesso, agora, as suas próprias terras e novos horizontes se abrem, dando a oportunidade de produção e inserção ao mercado garantindo assim, melhores condições de vida e trabalho. Dessa maneira os assentamentos tem uma relação de inclusão social.

Na pratica a reforma agrária proporciona: Desconcentração e democratização da estrutura fundiária; Produção de alimentos básicos; Geração de ocupação e renda; Combate à fome e à miséria; Interiorização dos serviços públicos básicos; Redução da migração campo-cidade; Promoção da cidadania e da justiça social; Diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; Democratização das estruturas de poder (INCRA, 2014).

Os assentamentos rurais podem ser caracterizados como conjuntos de unidades agrícolas independentes entre si definidos pelo INCRA, a partir de um grande imóvel rural onde havia apenas um proprietário, basicamente o INCRA pega as terras improdutivas (sem culturas) e faz a divisão, chamamos assim de parcelas, lotes ou glebas, com o intuito de beneficiar pessoas de baixa renda, sem terras, posseiro, assalariado aquele que cuja propriedade não seja maior que 01 módulo rural do município. É realizada uma classificação das famílias que se inscrevem para ganharem as terras entre os critérios para classificação das famílias cadastradas, estão: tamanho da família; força de trabalho da família; idade do candidato; tempo de atividade agrícola; moradia no imóvel desapropriado; moradia no município; tempo de residência no imóvel e a renda anual familiar (INCRA, 2014).

Portanto, é a partir dos assentamentos que novas oportunidades surgem no campo por meio de políticas públicas voltadas para educação e linhas de créditos específicas para o fomento da agricultura familiar, dentre elas: PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que possui 12 modalidades distintas (Agroindústria; Floresta; Semi-Árido; Mulher; Jovem; Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; Cotas-Partes; Microcrédito Produtivo Rural; Agroecologia; PGPAF; Eco; PNCF e PNRA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimento (PAA).

Segundo LEITE et al. (2004) apud Antônio Cândido num país de recente e intensa urbanização, aqueles privados da terra e oprimidos por diversas formas de prepotência são tratados “como se fossem solo e mato” e, não seres humanos é compreensível que o que se passa no mundo rural seja desconhecido de muitos. A reforma agrária veio, portanto, com intuito de mudar este cenário conhecido por muitos há décadas.

O que o INCRA busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no país é a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. O INCRA já criou e reconheceu 9.156 projetos de assentamento em todo o país (INCRA, 2014).

De acordo LEITE et al. (2004) os assentamentos de reforma agrária é uma responsabilidade do governo, os mesmo são uma criação do estado e está sujeita a sua gestão, seja de maneira mais direta e autoritária (como nos projetos de colonização do regime militar), seja de maneira mais indireta e negociada, como no período democrático (atravessada por convênios com entidades estatais, com ONGs ou com os próprios movimentos de trabalhadores).

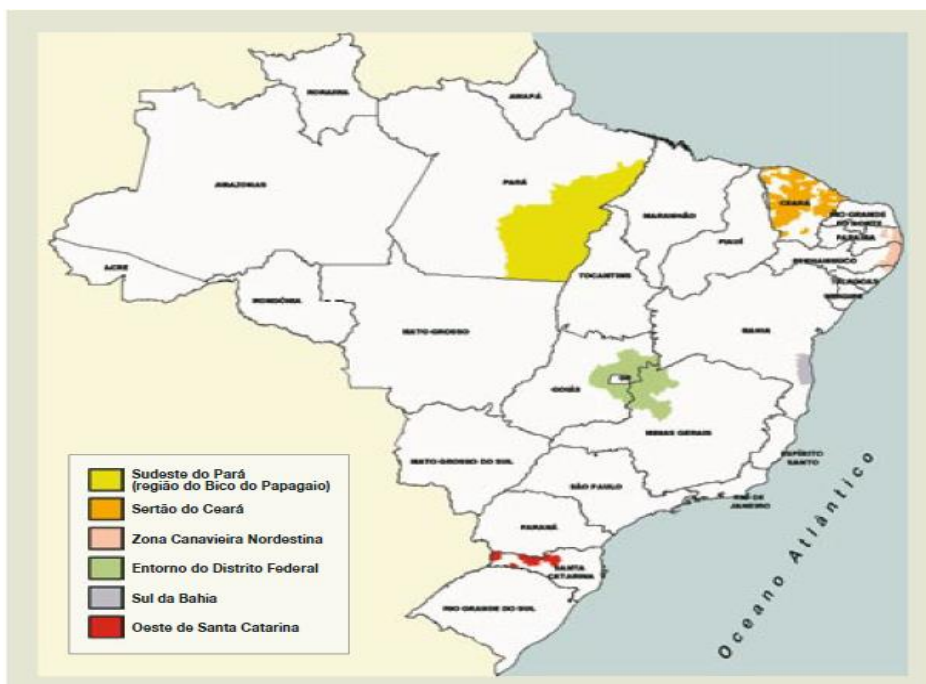
Ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é um desempenho do Estado. É impensável, para responsáveis estatais e funcionários, deixar que outros sobretudo, outros desprovidos do saber das coisas do Estado, definam regras de funcionamento de algo que é visto como sendo próprio ao Estado. O Estado assegura o acesso à terra, mas é preciso produzir dentro de parâmetros aceitáveis pela burocracia estatal – escolhendo produtos definidos como “de mercado”, usando sementes selecionadas, defensivos agrícolas, fertilizantes aprovados e assim por diante.

É grande a diversidade de situações enquadradas como “assentamento”, dentre elas pessoas afetadas por construções de barragens e sem terra. O governo portanto, fica responsável através do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) dar assistência à essas pessoas, garantindo-lhes condições favoráveis de produção e comercialização, porém, por vezes os assentados ficam a mercê das omissões do estado, mas um grande trabalho através das políticas públicas vem sendo feito para que a cada dia que se passe os mesmos tenham a garantia de um futuro prospero.

Consequência do trabalho realizado em suas terras de assentamento. LEITE et al. (2004) ressalta que os assentamentos nem de longe resolvem a questão da redistribuição da propriedade fundiária, a concentração das propriedades permanecem elevadas e com ela os problemas.

Em pesquisa de campo realizada por Leite et al. (2004) nos principais assentamentos do país, os quais foram selecionados por regiões denominadas de “manchas” (Figura 1) dando origem ao livro, “Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas” foi possível observar a situação dos assentamentos hoje no país, no que diz respeito a situação de vida e perfil socioeconômico dos assentados pela reforma agrária.

Figura 1- Localização das áreas pesquisadas (manchas)

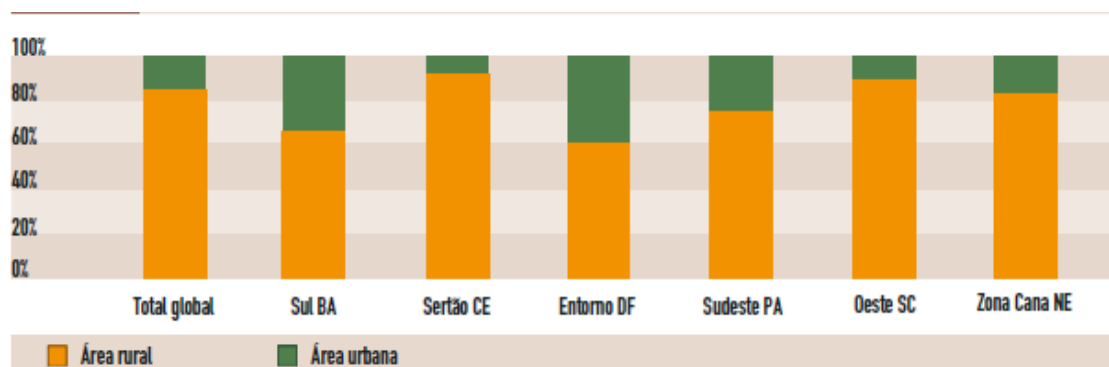


Fonte: Leite et al, 2004

Através da pesquisa constataram que a grande maioria das famílias assentadas já vivia na zona rural da própria região, antes de irem para o

assentamento, mais de três quartos (80%) dos responsáveis pelos lotes viviam no campo, índice que atinge os 90% no sertão do Ceará e no Oeste de Santa Catarina.

Figura 2- Moradia do responsável pelo lote no momento anterior à vinda para o assentamento: área rural ou urbana (em % dos entrevistados por manchas)



Fonte: Leite et al, 2004

É possível observar no gráfico de forma expressiva em todos os estados pesquisados a origem dos assentados, pessoas que antes moravam na região constituíram suas famílias e ainda ficaram ali, normalmente trabalhando em grandes fazendas, ou vivendo com os pais no mesmo lote. Dessa maneira os assentamentos trouxeram a oportunidade das pessoas terem suas próprias terras e tirarem recursos a partir do trabalho realizado nelas.

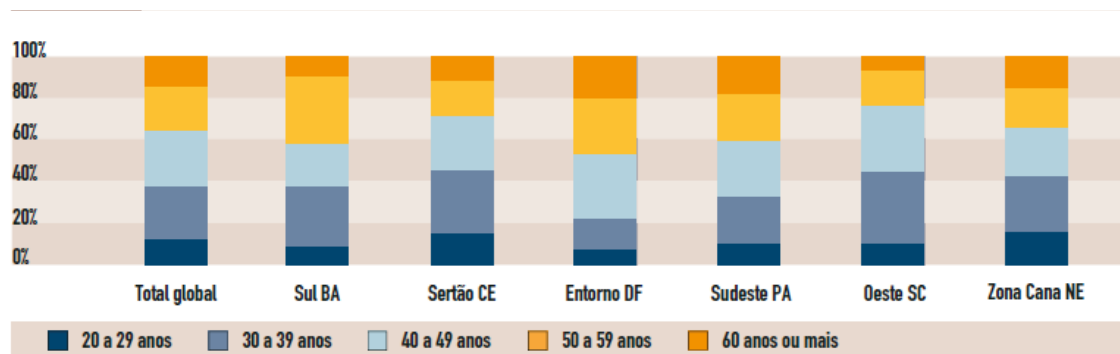
Leite et al, (2004) explica os índices altos nas manchas do entorno do DF e sudeste do Pará em relação às suas origens.

Nas manchas do sudeste do Pará e do entorno do DF, onde aparecem as maiores porcentagens de chefes de família vindos de outros estados, a grande maioria parece vir da mesma “grande região”. No sudeste do Pará as famílias vindas de outros estados vêm principalmente das áreas maranhenses e tocantinenses do Bico do Papagaio. Foram citados também (em menor escala: Goiás e Minas Gerais, e estados do Nordeste (Bahia, Piauí, Ceará), todos estados de origem dos migrantes da região, indicando que uma parte (pequena) dos responsáveis pode ter migrado diretamente para os assentamentos/ocupações de terra, provavelmente tendo tomado conhecimento deles através de parentes. Cabe destacar ainda na mancha do sudeste do Pará a elevada porcentagem de pessoas nascidas em outros estados, confirmando a indicação de que os assentamentos atingem populações resultantes de processos migratórios anteriores e que, de algum modo, haviam se fixado nos municípios da região.

A pesquisa de Leite et al, (2004) ainda fez o levantamento da idade e sexo dos responsáveis pelo lote, assim como suas escolaridades, foi observado que a maioria cerca de 74% dos responsáveis pelo lote tem entre 30 e 59 anos, distribuída mais ou menos equitativamente nas diferentes faixas de idade dentro

deste intervalo, indicando uma população predominantemente em idade ativa de trabalho, isso pode ser observado no gráfico abaixo.

Figura 3 - Idade dos responsáveis pelo lote (% do total, por faixas etárias)



Fonte: Leite et al, 2004

Com relação ao nível de escolaridade 87% dos responsáveis pelos lotes têm no máximo até a 4ª série do ensino fundamental, sendo que 32% nunca foram à escola e 59% têm somente até 2ª série. Somente 14% completaram a 4ª série e apenas 2% frequentaram a escola além da 8ª série. Existem variações entre as manchas, especialmente no que se refere à última série cursada, mas em todas elas mais de dois terços dos responsáveis têm no máximo a 4ª série (LEITE et al, 2004). Sobre o sexo 85% dos entrevistados (responsáveis pelo lote) são homens e somente 15% são mulheres, isso reflete a realidade rural de uma forma geral uma vez é claro que as titulações dos lotes de assentamentos são dadas apenas para homens.

Figura 4 - Sexo e escolaridade dos responsáveis pelo lote (em % dos entrevistados, por manchas).

Mancha	Sexo do responsável		Escolaridade								
	Masculino	Feminino	Nunca foi à escola	Alfabetiz. adultos	Até 2ª série Fundamental	3ª ou 4ª série incompleta	4ª série completa	5ª a 7ª série	8ª série completa	Acima do Fundamental	Sem informação
Sul BA	78%	22%	29%	7%	27%	14%	6%	12%	2%	3%	
Sertão CE	91%	9%	33%	2%	37%	16%	6%	4%	1%	2%	0%
Entorno DF	72%	28%	21%	4%	17%	22%	20%	11%	3%	4%	
Sudeste PA	90%	10%	34%		29%	12%	12%	8%	2%	1%	1%
Oeste SC	85%	15%	8%	2%	16%	14%	41%	15%	4%	1%	
Zona Cana NE	87%	13%	34%	6%	32%	9%	9%	6%	2%	2%	
Total global	85%	15%	28%	3%	28%	14%	14%	8%	2%	2%	0%

Leite et al, 2004.

O trabalho realizado por Leite et al, (2004) foi de fundamental importância para a sociedade de forma geral, uma vez que a mesma traçou o perfil dos assentados no Brasil, nos mostrando a verdadeira realidade das famílias hoje que

vivem em assentamentos do INCRA, foi possível perceber a importância que esse assentamento tem no desenvolvimento técnico e formação dessas famílias perante a sociedade.

2.2 Agricultura Familiar e integração ao mercado

Segundo a Constituição brasileira, materializada na Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se **agricultor familiar** àquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como:

- não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais;
- utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade;
- possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.

Guanziroli e Romeiro et al, (2001) aborda que a expansão e dinamismo da agricultura familiar baseou-se na garantia do acesso à terra que em cada país assumiu uma forma particular, desde a abertura da fronteira oeste americana aos *farmers* (agricultores) até a reforma agrária compulsória na Coreia e em Taiwan. Os autores ainda enfatizam em seu livro, que além de contribuir para dinamizar o crescimento econômico, a agricultura familiar desempenhou um papel estratégico que tem sido relevado em muitas análises: o de garantir uma transição socialmente equilibrada entre uma economia de base rural para uma economia urbana e industrial, uma vez que sabemos que a produção originada pela agricultura familiar abastece significativamente a mesa da população brasileira.

O Agricultor familiar é visto como um dos maiores responsáveis pela economia interna de vários municípios brasileiros, a produção é responsável por alimentar escolas, creches e a mesa de parte da população, sabendo que o produtor por vezes, não recebe a devida recompensa pelo seu trabalho, o mesmo não é valorizado como deveria realmente ser. É fato que o desenvolvimento com equidade, no meio rural brasileiro, ainda passa pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Ainda segundo Guanziroli e Romeiro et al, (2001) o Brasil se destaca entre os países onde a estratégia urbana de desenvolvimento rural resultou em um

desastre social de grandes proporções, tanto mais chocante por causa da enorme disponibilidade de terras ociosas, as quais poderiam ter sido apropriadas pelos pequenos produtores familiares sem ameaçar a expansão das áreas ocupadas produtivamente pelos produtores comerciais não familiares.

O país tem péssimos indicadores de desenvolvimento humano em relação aos demais, que tem o mesmo nível de renda per capita, parte disso é consequência de uma má distribuição fundiária vindo de décadas e décadas, as terras se concentram nas mãos de poucos (produtores patronais) que não dão muitas oportunidades para os pequenos, menos favorecidos.

O Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO sobre coordenação de Guanziroli e Cardim, (2000) indica que todos os países desenvolvidos têm na agricultura familiar um sustentáculo do seu dinamismo econômico e de uma saudável distribuição da riqueza nacional. Todos eles, em algum momento da história, promoveram a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar. No Brasil a Reforma Agrária foi prioridade do presidente Fernando Henrique Cardoso, onde o mesmo criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela agricultura familiar e, primordialmente, por trazer para este universo os assentados da reforma agrária.

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. A elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) refletem e alimentam este debate na sociedade (GUANZIROLI E CARDIM, 2000).

Assim a agricultura familiar passou por modificações profundas a partir do processo de modernização da agricultura, uma das esferas das unidades de produção que foram fragilizadas foi a de produção para autoconsumo que cedeu lugar as lavouras e criações animais voltadas para o mercado (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2006). Outro aspecto a ser citado com relação às profundas mudanças sofridas pela agricultura é a frequência com que o agricultor passa a ir a posto de abastecimentos urbanos, se tornando assim, o símbolo máximo desse processo.

Gazolla e Schneider (2006) comenta que a agricultura familiar que hoje se encontra em nosso país, é caracterizada pela sua mercantilização social e econômica e a sua crescente dependência aos circuitos mercantis para executar a sua reprodução social e alimentar. O produtor, portanto, é cada vez mais dependente das máquinas (tratores, roçadeiras e etc), dependência esta que traz agilidade na produção e colheita de suas plantações.

É sabido que o agricultor de antes da revolução verde da modernização, dos assentamentos, tinham muitas dificuldades com relação a demora na execução de suas tarefas, demoravam cerca de um mês para preparar uma terra para plantio. Primeiro vinha o desmatamento depois a queimada seguida do destocamento da roça até o momento do plantio, chegando o tempo da colheita, a mesma era feita manualmente retardando até mesmo o processo de comercialização. As máquinas e novas sementes e formas de plantar trouxeram um novo cenário para o agricultor, porém, aqueles de baixa renda ainda tinham e tem dificuldades quanto ao acesso onde por vezes, tem um valor elevado, não estando ao alcance dos pequenos produtores de baixa renda dificultando assim sua melhor inserção no mercado que ultimamente é muito competitivo.

Estudos realizados pelo Censo Agropecuário 2006 apontam que no Brasil existem 4 366 267 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 80 102 694 de hectares. Os agricultores patronais são representados por 809.369 estabelecimentos, ocupando 253 577 343 de ha. Fazendo uma rápida análise percebemos o que já é evidente para a sociedade, existe um número menor de agricultores patronais, porém os mesmos ocupam uma extensão maior de terras em relação aos agricultores familiares.

Guanziroli e Cardim, (2000) afirma que o universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas, etc.), seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes.

Existe uma diversidade de metodologias, fundamentos e variáveis para construir tipologias de produtores. Vários estudos classificam os produtores a partir das condições básicas do processo de produção, que explicam, em boa medida, suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como a sua

forma de apropriação da natureza, este é o caso do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Dessa forma os agricultores familiares, assim como os patronais são classificados de acordo com o que produzem e quantidade produzida como a mão de obra utilizada nas produções.

Schneider (2010) afirma o que foi discutido anteriormente explicitando que o que concerne à agricultura e o mundo rural, são o reconhecimento e legitimidade crescentes em relação à diversificação como *modus operandi* da produção e das formas sociais de trabalho.

Segundo Larmache (1998) o estabelecimento agrícola é um objeto social que não pode ser compreendido apenas pela economia, pela agronomia ou pela sociologia. A reflexão a respeito da agricultura familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração à economia de mercado, levando em conta o nível familiar nos comportamentos e, de outro, avaliando o grau de dependência do estabelecimento.

Larmache (1998) descreve as dependências de mercado diante de três situações: dependência tecnológica, financeira e do mercado. Na dependência tecnológica o sistema de produção implementada caracterizam-se geralmente pelas técnicas utilizadas, porém, nem todos os produtores utilizam as mesmas técnicas de produção. Alguns utilizam essencialmente a inseminação artificial e empregam adubos químicos, pesticidas e fungicidas ao contrário de outros que preferem utilizar os adubos naturais de que dispõem ter seu próprio touro, carneiro e etc. Já na dependência financeira as necessidades variarão consideravelmente de acordo com a disponibilidade dos meios de financiamento e colocarão os produtores em situações de dependência mais ou menos importante. A variável sintética leva em conta dados tais como o recurso ao empréstimo, o grau de endividamento e a importância que os produtores dão a utilização do crédito para permitir seu desenvolvimento. Em relação à dependência de mercado a aqueles que produzem essencialmente para o mercado onde sua produção tanto vegetal quanto animal é destinada à venda. Outros organizam sua produção diferentemente e destinam uma parte mais ou menos importante para o mercado, o resto é utilizado para satisfazer as necessidades familiares.

A partir desse estudo, Lamarche (1998) desenvolveu uma metodologia para identificar tipologias diferenciadas de exploração agrícola dos agricultores familiares. De acordo com essa classificação, Lamarche (1998) destaca quatro

modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos que podem ser definidos a partir das lógicas familiares:

- Modelo empresa: caracterizado por relações de produção minimamente familiares onde, praticamente, se resume ao responsável pelo estabelecimento. São agricultores altamente tecnificados, dependentes de crédito e produzem exclusivamente para o mercado por intermédio de cooperativas ou firmas privadas.

- Modelo empresa familiar: neste, a principal característica é a participação da mão-de-obra familiar nas atividades da unidade produtiva. O produtor é um excelente técnico e altamente dependente do exterior. A produção do estabelecimento visa o mercado para obter renda e o trabalho é pensado em termos de salário.

- Modelo agricultura camponesa e de subsistência: Trata-se de estabelecimentos que produzem pouco, e utilizam técnicas tradicionais e o principal objetivo é satisfazer as necessidades da família. São altamente dependentes da mão-de-obra familiar e fraca dependência em relação ao exterior.

- Modelo agricultura familiar moderna: está constituído pelas unidades que se posicionam entre os modelos de empresas e a agricultura de subsistência. Busca constantemente a diminuição da importância da família nas atividades e de outro a autonomia em relação ao exterior, sem dependências técnicas, financeira e de mercado.

Segundo essa metodologia, Lamarche (1998) destaca que esses quatro tipos são “modelos absolutos” para onde os agricultores familiares tendem a se situar, ou seja, que servem de referência, porém no mundo real não existem produtores que se enquadrem exatamente nos moldes “puros” de uma dessas categorias.

Os agricultores familiares demonstraram ser mais eficientes no uso do crédito rural que os agricultores patronais, pois produzem mais com menos recursos do crédito rural (GUANZIROLI E CANDIM, 2000). Assim os agricultores familiares tem um grande apoio do governo federal através de créditos rurais (PRONAF) que fomentam as suas produções, afim dos mesmos se inserirem no mercado, a partir da comercialização de suas lavouras que por vezes podem serem feitas para o próprio governo por programas como o Compra Direta e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) o programa de crédito PRONAF permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar, beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo (MDA, 2013). As linhas de créditos que mais se destacam são:

- Pronaf Custeio: financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf;
- Pronaf Investimento (Mais Alimentos): financia máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;
- Microcrédito Rural: atende os agricultores de menor renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer atividade que possa gerar renda para a família atendida;
- Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria ou de terceiros;

Além do Pronaf, o Governo Federal também tem outros incentivos para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade esta voltada à aquisição da produção da agricultura familiar, quando os preços de mercado estão baixos ou quando há necessidade de atendimento de demandas por alimentos para populações em condição de insegurança alimentar (MDA, 2013). Muitos municípios aderem a esta modalidade fazendo a economia dos agricultores da região se movimentar e novas oportunidades surgirem.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se da pesquisa exploratória através de uma ampla revisão bibliográfica, para conhecimento de fatos sobre o perfil do agricultor familiar assentado pela reforma agrária no entorno de Palmas, seguido da pesquisa de campo com foco no problema do trabalho. O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final da pesquisa foi possível conhecer mais sobre o problema, podendo assim construir hipóteses. As informações utilizadas, nesta pesquisa foram de dados primários e secundários. Os secundários foram realizados através da pesquisa bibliográfica e os primários por meio de dados obtidos através de questionários aplicados em entrevistas com 60 produtores rurais de assentamentos da região de Palmas no dia 12 de dezembro de 2016 no IFTO – Campus Palmas. O questionário aplicado possuía questões abertas e fechadas e permitiu estabelecer uma relação concisa no processo de coleta de dados, junto os agricultores entrevistados.

Duarte (2011) caracteriza a entrevista do tipo semiaberta como uma entrevista que parte de um roteiro base, em que cada questão é aprofundada mediante a resposta do entrevistado. Assim, existe um auxílio na sistematização das informações fornecidas por diferentes entrevistados.

A metodologia foi aplicada a produtores rurais de assentamentos do entorno de Palmas, que na oportunidade estavam reunidos cerca de 700 produtores no evento: Seminário e Tecnologias para a Agricultura Familiar, o qual foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Palmas, onde a instituição foi parceira do Sebrae. Na oportunidade os produtores receberam o georeferenciamento dos lotes que tem objetivo de auxiliar a Administração Pública no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais e, além disso, participaram de oficinas e minicursos.

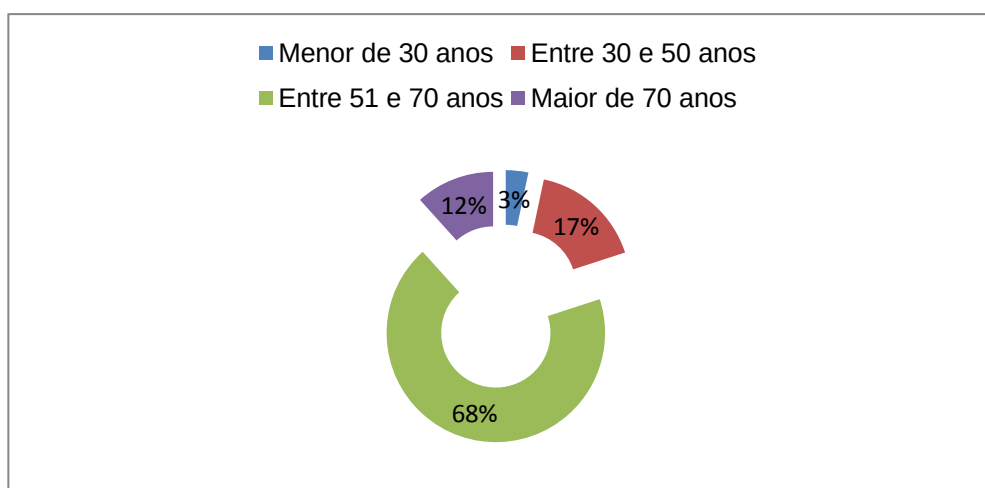
Os dados foram trabalhados através de tabulações no Excel com elaboração de gráficos e tabelas para melhor entendimento da pesquisa.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Caracterizações das famílias assentadas

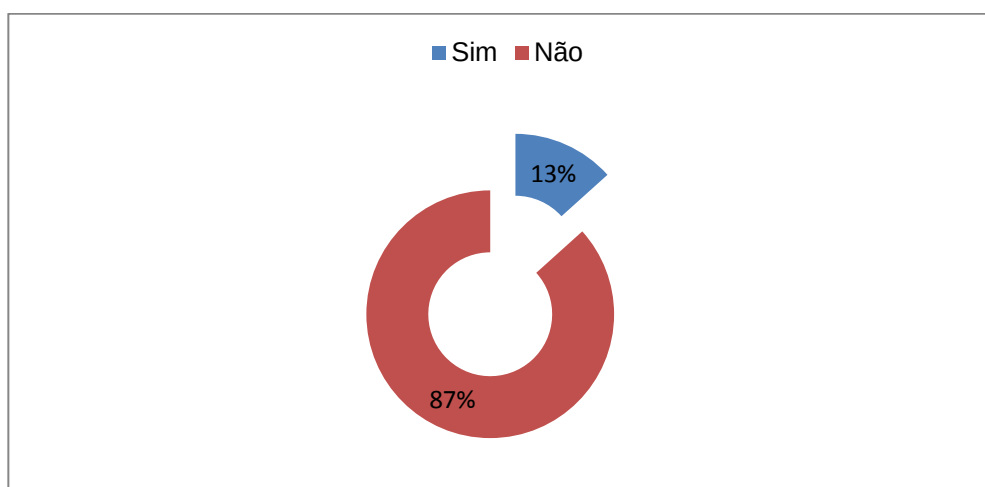
Ao analisar os dados coletados observou-se que a maioria expressiva dos responsáveis pelos lotes é do sexo masculino, com idade média entre 51 e 70 anos, (Gráfico 1). Entre os motivos associados à chefia masculina está à força do homem no campo e o fato de a titulação dos lotes serem dadas com maior frequência para os homens é um dos aspectos que reforça esta realidade. Em concordância com os dados obtidos Leite et al, (2004) relata em seus estudos sobre assentamentos em todo o Brasil que 85% dos responsáveis pelos lotes (chefes de família) são homens e somente 15% são mulheres, refletindo a realidade rural de uma forma geral.

Gráfico 1- Idades dos Produtores assentados



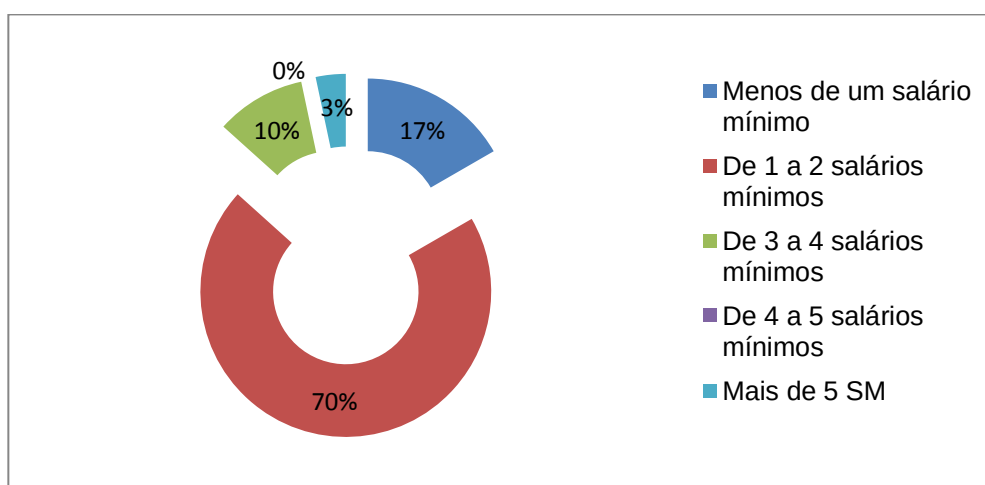
O fato da maioria dos titulares terem idade avançada mostra uma realidade que muitos já conhecem a busca por uma vida mais tranquila oferecida pelo ambiente rural, faz com que muitos permaneçam nos assentamentos do INCRA, mesmo após a aposentadoria. Observa-se que entre os entrevistados cerca de 50% são aposentados e não exercem outras funções fora do lote (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Percentual de titulares dos lotes que exercem outras funções remuneradas.



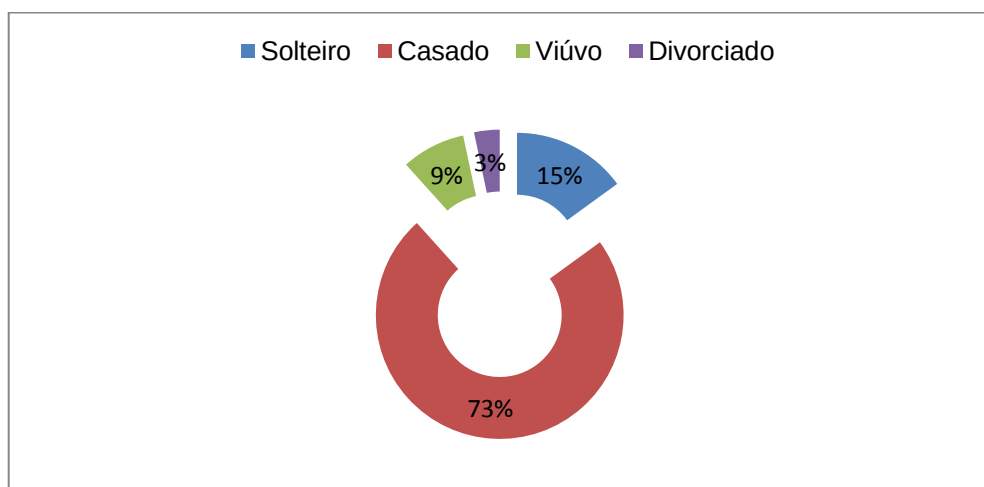
Os entrevistados foram questionados sobre suas rendas mensais somando todas as atividades da propriedade (Gráfico 3). Pode-se observar que os mesmos ficaram receosos ao serem abordados com esta pergunta. Não respondendo da maneira esperada, uma possível explicação para este fato seja o medo de falarem o real valor que ganham mensalmente e isso lhes trazer complicações futuras.

Gráfico 3- Renda familiar envolvendo todas as atividades remuneradas realizadas pela família.



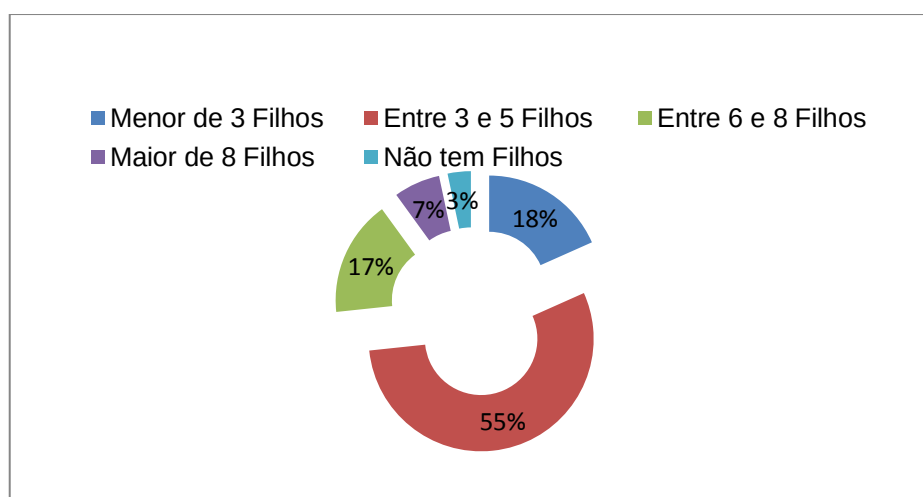
Analisou-se o estado civil dos entrevistados, e pode-se observar que 73% são casados (Gráfico 4) tendo em média de 3 a 5 filhos (Gráfico 5).

Gráfico 4 Estado Civil dos entrevistados



Os filhos em grande maioria não moram mais com os pais, e os que ainda moram ajudam os mesmos nas atividades do lote, caracterizando a mão de obra familiar. Reflexo da globalização os filhos que nascem ali no interior tendem a migrar para a zona urbana em busca de formação profissional e intelectual, ressaltando que assentados pelo INCRA tem uma série de linhas de créditos que fomentam a agricultura e formação dos filhos de agricultores familiares, Pronaf jovem é um exemplo.

Gráfico 5- Número de filhos dos assentados entrevistados

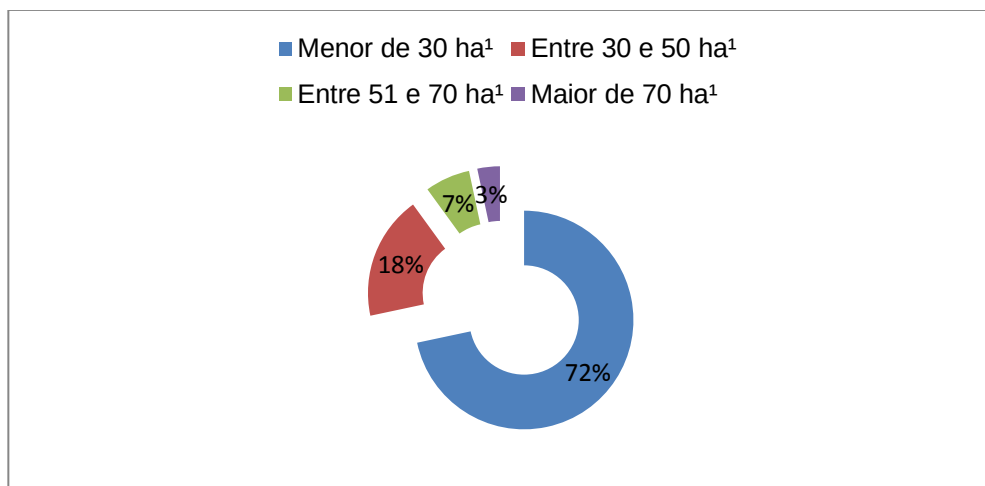


4.2 Tamanho dos Lotes e suas plantações

Pode-se observar que a maioria dos lotes, cerca de 72% (Gráfico 6) tem área menor que 30 hectares, há lotes ainda que chegam à apenas 5 hectares, 3%

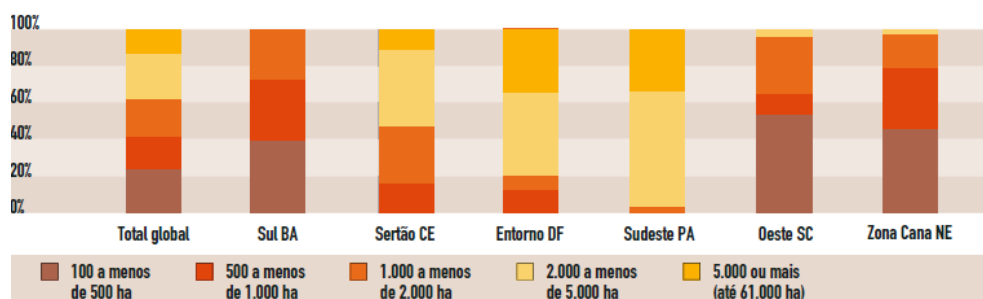
dos entrevistados afirmam que seus lotes são maiores que 70 hectares, sabendo que é reservado cerca de 4% de cada área para plantação agrícola.

Gráfico 6- Tamanho dos lotes



Vale ressaltar que alguns produtores tem uma área maior em relação aos outros, devido os assentamentos estarem em localidades diferentes, pois cada assentamento hoje tem o tamanho da sua área estabelecida pelo INCRA. O trabalho de Leite et al, (2004) fez um levantamento do tamanho das áreas dos assentamentos nos principais municípios brasileiro. Observamos, portanto, a variação do tamanho dos lotes de acordo a região geográfica.

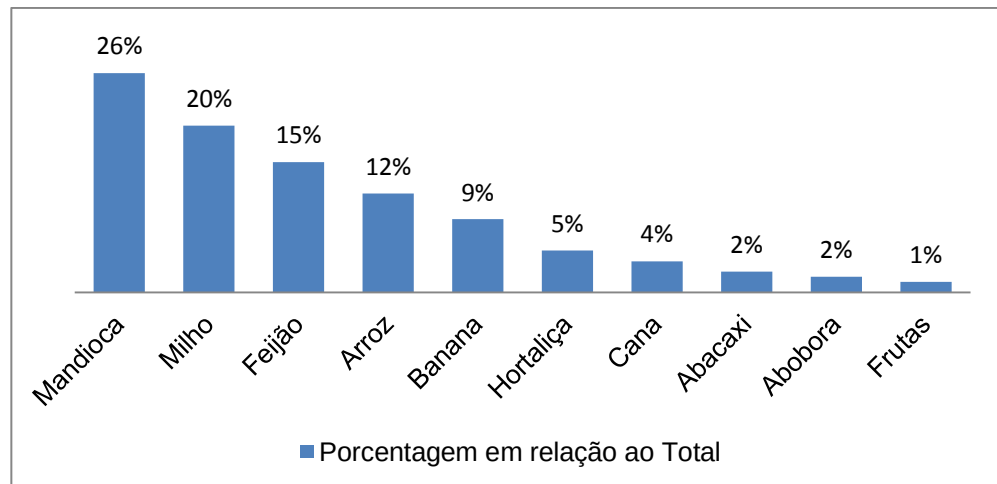
Figura 5 – Tamanho dos projetos de assentamentos criados em 1985 e 1997



Fonte: Leite et al, 2004.

As famílias trabalham unidas e faz a terra produzir por meio do plantio de várias culturas, como: a cana-de-açúcar, banana, mandioca, feijão, abóbora, abacaxi, dentre outras culturas (Gráfico 7), além da criação de gado de leite, suínos, aves e equinos. Foram listadas as principais culturas que são cultivadas pelos assentados entrevistados.

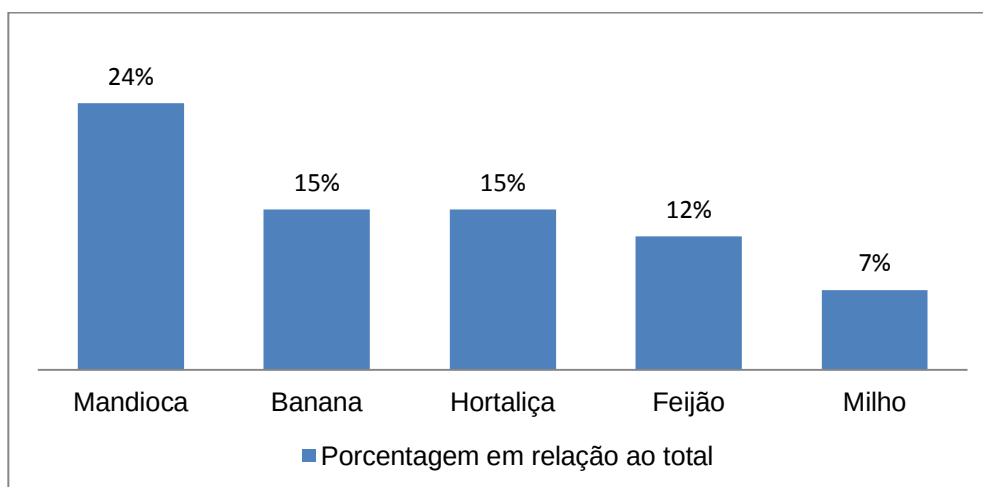
Gráfico 7- Principais culturas



A mandioca com 26% ganha destaque em relação às demais plantações, pois através da mesma é feita a farinha, o polvilho e outros derivados que assim são comercializados. Ressalta-se que nem todas as plantações são para a comercialização, e sim para consumo próprio das famílias. Leonilde (2002) aborda a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, as implicações das escolhas tecnológicas mostrando assim a flexibilidade que o produtor tem em relação às suas plantações que vão desde o consumo próprio à comercialização.

Como os lotes não são de grande porte os produtores não têm a oportunidade de investir em plantações maiores, porém, buscamos uma relação das 5 culturas mais comercializadas nos assentamentos (Gráfico 8). Logo a mandioca volta a ter destaque, seguida da banana, onde o Tocantins tem um grande potencial com sua produção.

Gráfico 8 - Porcentagem em relação a comercialização das culturas



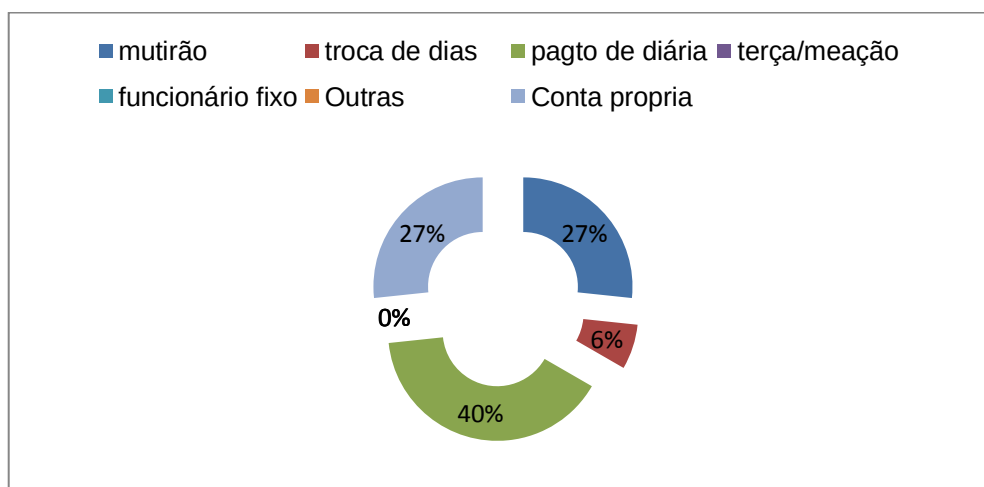
Os meios de comercialização mais utilizados pelos produtores é a venda diretamente para o consumidor final e também outra modalidade é o atravessador, sendo que alguns produtores ainda fazem a comercialização em feiras livres. Os produtores chegaram a citar algumas dificuldades no ato da comercialização, como:

- desvalorização do produto, porque não querem pagar o valor estabelecido pelo produto;
- local adequado para comercialização, muitos reclamam da falta de infraestrutura das feiras livres;
- descaso do governo em relação aos incentivos a comercialização a exemplo do PAA, alguns produtores afirmam que o incentivo está apenas no papel não é repassado corretamente para os produtores.

Visto isso os pequenos produtores não conseguem acompanhar no ritmo certo a competitividade do mercado hoje, uma vez que os mesmos por falta de tecnologias e de conhecimento técnico são claramente afetados pelos produtores maiores que dominam o mercado com novas variedades a exemplo dos híbridos e transgênicos.

Os produtores ainda enfatizaram a maneira que utilizam para suprir a mão de obra em determinadas atividades durante o ano (Gráfico 9). Parte disso é consequência da ausência dos filhos, os quais migram para a zona urbana em busca de novos horizontes. Assim 40% dos entrevistados pagam diária no valor aproximado de R\$ 70 outra parte significativa faz mutirão ou trabalham por conta própria. Havendo um aumento significativo das despesas nos lotes.

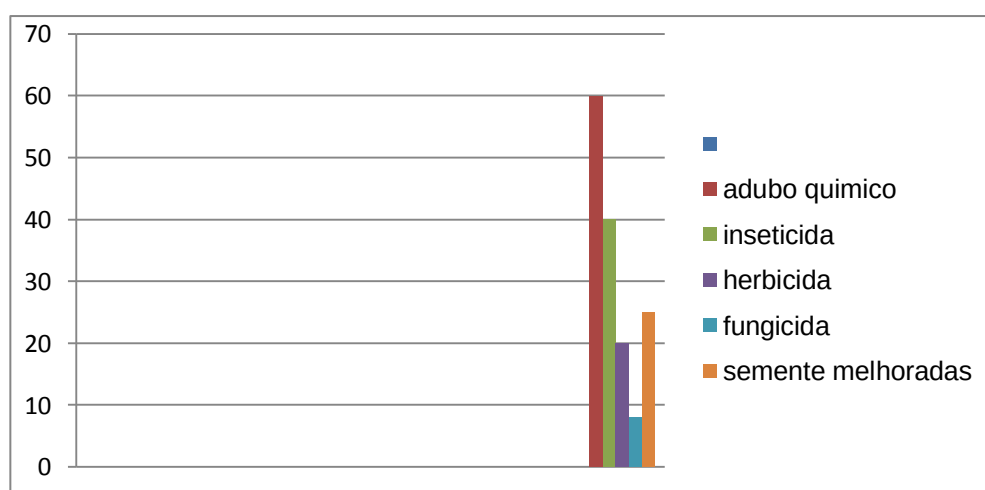
Gráfico 9 - Maneira de suprir a mão de obra dentro da propriedade



4.3 Dependências tecnológica, financeira e de mercado

Os agricultores foram questionados em relação ao que compram para utilizarem em seus lotes (gráfico 10), onde foi observado que 100% dos entrevistados aderem ao adubo químico, seguido do inseticida em suas plantações, tornando-se evidente que esta é uma das principais dependências tecnológicas.

Gráfico 10 – O que compram com maior frequência para utilizar em seus lotes



Os adubos químicos são utilizados em maior frequência em plantações de milho e feijão, refletindo uma característica já definida por Larmache (1998) como dependência tecnológica uma vez que muitos produtores recorrem a mecanização

agrícola, tendo em vista que as terras não possuem fertilidade suficiente para suprir as necessidades das plantas em níveis suficientes para garantir boas colheitas.

Foi perguntado aos agricultores o ponto de vista deles em relação aos programas do governo federal de incentivo a agricultura familiar e se já haviam feito algum empréstimo pelo PRONAF. Dos entrevistados, 80% já aderiram aos empréstimos pelo PRONAF, com finalidades distintas, como: compra de bovinos, fazer cercas, plantio de mandioca, furar poço artesiano entre outros caracterizados assim por Larmache (1998) como dependentes financeiros. Muitos agricultores reclamam que o governo dá os incentivos, mas depois desaparecem como exemplo, citaram a falta de técnicos agrícolas para acompanhar o desenvolvimento e problemas que vieram a surgir em suas plantações.

Os entrevistados reclamaram dos incentivos a comercialização que são poucos e os que têm não estão bem estruturados (os que vendem para o PAA chegam a ficar 4 a 5 meses sem receber). Muitos reclamaram em relação a situação das estradas que afetam diretamente os produtores, problemas principalmente no ato da comercialização, os fretes são encarecidos devido a péssima qualidade das estradas que acabam estragando caminhões, o que leva os produtores a não fazer o transporte adequado, elevando as perdas, e diminuindo a qualidade do produto restante.

5. CONCLUSÃO

De acordo com a pesquisa e com base nos resultados apresentados e discutidos, foi possível conhecer o perfil dos assentados pela reforma agrária no entorno de Palmas, a partir das lógicas de produção e a sua dependência a economia de mercado.

Observou-se que grande parte dos entrevistados cerca de 70% é da terceira idade, com média de 3 a 5 filhos. Vale ressaltar que a maioria são aposentados e não exercem outra função, além da agricultura familiar em seus lotes.

As atividades agrícolas que mais se destacam são as plantações de mandioca com 26%, seguida do milho com 20% e feijão com 15%. Em relação a comercialização a mandioca tem maior destaque com 24% logo vem a banana e hortaliças com 15%.

Dos entrevistados 70% relataram que a renda familiar das atividades dentro do lote gira em torno de um a dois salários mínimos, em contra partida 17% afirmaram que os rendimentos não chegam a um salário mínimo.

A estruturação dos estabelecimentos rurais está associada às características das famílias e às suas estratégias de inserção no mercado. Os assentados priorizam a mão de obra familiar, mais as saídas dos filhos fazem com que os mesmos busquem algumas estratégias de mão de obra, como mutirão e pagamento de diárias, fato que não ganha muito destaque uma vez que o mesmo não tem muitas condições.

Em relação às dependências ao mercado dos agricultores a que mais se destaca é a aquisição de insumos, como é o caso do adubo químico, seguido dos inseticidas. Também identificamos a carência de técnicos que acompanhem toda a produção, orientando os agricultores do momento da compra dos insumos até a comercialização dos produtos. Vale ressaltar que apenas o incentivo financeiro do governo não é suficiente para o sucesso nas lavouras.

Os agricultores são dependentes de tecnologias, financiamentos e do mercado. Dependentes tecnológicos no que diz respeito às novas variedades de cultivares, máquinas e implementos agrícolas. São dependentes dos programas de financiamentos oferecidos pelo governo como forma de incentivo a agricultura familiar e do mercado em relação aos meios de comercialização.

Dentre as tipologias de agricultura familiar concluímos que eles se aproximam mais do modelo camponês porque ainda são fortemente dependentes das lógicas familiares e poucos dependentes de tecnologias, crédito e mercado.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (2006). Presidência da Republica. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

DUARTE, MARCIA YUKIKO MATSUUCHI. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2011.

FAO. THE STATE OF FOOD INSECURITY IN THE WORLD. Roma, 2015. 140 p.

FAO. O ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL. Um retrato multidimensional. Brasília, 2014. 90 p.

GUANZIROLI, C.; Cardim, S. Novo Retrato da Agricultura Familiar. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO. Brasília, fevereiro de 2000.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, p. 19, 2006.

INCRA.Incra cria 368ºassentamento no Tocantins, 2011. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/incra-cria-368o-assentamento-no-tocantins>>. Acesso em: 25 de jan. 2017

INCRA. Reforma Agrária, 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagraria>>. Acesso em: 21 dez. 2016a.

INCRA. Acesso à terra. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/acesso-terra>>. Acesso em: 22 dez. 2016b.

INCRA. Criação de Assentamentos. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao#grupo1>>. Acesso em: 21 dez. 2016c.

INFO ESCOLA. Reforma Agrária Brasileira, 2007. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/reforma-agraria-brasileira/>>. Acesso em 25 jan. 2017c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil Grandes Unidades da Federação. Censo agropec., Rio de Janeiro, p.1-777, 2006

LARMACHE, H. Agricultura Familiar, Comparação Internacional. Editora da UNICAMP, Campinas São Paulo, 1998.

LEITE, S. et al. Impactos dos Assentamentos um Estudo Sobre o Meio Rural BRASILEIRO. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento Rural /UNESP, Brasília, 2004.v. 6

LEONILDE, M, S. O Camponato na História. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Políticas Públicas para Agricultura Familiar. Outubro 2013.

PORTAL BRASIL. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro, 2015. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em: 25 de jan 2017.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre Diversidade e Diversificação. Ruris, Vol 4. Março 2010.

7. APÊNDICE

Questionário – Agricultores familiares x Integração ao mercado

Nome: _____

Está vindo de onde?: _____

Qual a sua idade? _____ anos

O Sr. Estudou até que série? _____

Estado civil:

(a) solteiro (b) casado (c) viúvo (d) divorciado

Quantos filhos o Sr tem _____

_____ homens e _____ mulheres

Quantos vivem com o Sr? _____

Desses, quantos ajudam o Sr trabalhar no lote, mesmo que de vez em quando?

Além dos filhos, existe mais alguém (parentes, nora, irmã, etc) morando no lote?

() sim () não Quantos _____

No que eles te ajudam?

Os Homens _____

As Mulheres _____

Qual a maneira de suprir a falta de mão de obra em alguma atividade ou algum período do ano?

() mutirão () troca de dias () pagto de diária () terça/meação () funcionário fixo

() outras _____

Algum dos filho(a)s que moram com o Sr tem emprego ou outra atividade que gera algum rendimento dentro ou fora do lote (casa), mesmo que esporadicamente? ()

sim () não. Quantos? _____

O que eles(as) fazem? _____

Quanto eles ganham por mês? _____

O que fazem com esse dinheiro?

Eles ajudam em alguma despesa da casa ou do lote ?

() sim () não Caso sim, em quê? _____

O Sr e/ou a sua esposa tem outra fonte de renda além das atividades rurais no lote?
() sim () não. Caso sim, o que fazem?

O Sr e ou sua esposa trabalham de vez em quando recebendo diárias de serviços dentro ou fora do assentamento? () sim () não
Caso sim, fazendo o quê _____

Qual a renda da família, juntando todas essas atividades?

- () Menos de um salário mínimo
() De 1 a 2 salários mínimos
() De 3 a 4 salários mínimos
() De 4 a 5 salários mínimos
() mais de 5 SM

Qual o tamanho do seu lote?

Quantas linhas (tarefa) de roça o Sr planta por ano?

Como o senhor (a) planeja o volume da sua produção

O que o Sr tem plantado no seu lote?

O que o Sr. colheu e vendeu nesse ano?

O Sr Planta alguma coisa somente para vender?

- () sim () não Caso sim, o que?

O Sr estima que isso lhe rende quanto por mês?

- () Menos de um salário mínimo
() De 1 a 2 salários mínimos
() De 3 a 4 salários mínimos
() De 4 a 5 salários mínimos
() mais de 5 SM

O que o Sr cria no seu lote? Quantas cabeças?

Dessas criações, o que o Sr vende?

O Sr. Cria alguma coisa somente para vender?

() sim () não. O quê? _____

Quanto o Sr faturou com vendas de animais ou o produtos oriundos desses animais nesse ano?

Tem mais alguma coisa que o Sr produz e/ou vende durante o ano? (Artesanato, extrativismo etc)

sim () não () O que? _____

Quanto isso lhe rende por mês? _____

6) Quais os meios de comercialização utilizados

() feiras

() direto para o consumidor

() programas do governo federal

() Mercados atacadistas

() Mercados Varejistas

() Ponto de distribuição - CEASAS

() Outro: _____

Qual o município onde o Sr geralmente vende seus produtos?

Tem conhecimento de algum programa do Governo federal que incentiva a agricultura familiar?

() PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

() PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

() PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

() Outro _____

Qual a principal dificuldade no ato da comercialização:

() Desvalorização do produto, não querem pagar o valor proposto

() Pouca procura pelo produto comercialização

() Local adequado para Comercialização

() Outros _____

Tem padrão de Comercialização

Exemplo: quantidade, tamanho, cor, textura e etc

O senhor (a) possui algum selo de qualidade do ministério da agricultura para obter um diferencial na comercialização ?

() sim () não

O senhor (a) possui o selo da agricultura familiar?

() sim () não

Na opinião do senhor (a), a padronização do produto comercializado pode auxiliar no aumento da venda do produto?

() sim () não

Já fez financiamento através do Pronaf? Se sim, para qual finalidade?

Caso sim, qual a situação do empréstimo

() tá pagando em dias

() tá atrasado

() já pagou

() tá inadimplente, impedido de financiar novamente

Qual sua opinião sobre os incentivos que o Governo federal disponibiliza para os produtores rurais? Acha que poderia melhorar e como?

O que o Sr compra para utilizar no seu lote

() adubo químico () inseticida () herbicida

() fungicida () sementes melhoradas

Como o Sr geralmente prepara a sua terra para o plantio?

() roça de toco () trator + arado

() tração animal () outra forma _____

Qual dessas formas o Sr acha melhor?

Porquê? _____
